

STJ00098231

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO
FABRÍCIO MOTTA
LUCIANO DE ARAÚJO FERRAZ

**SERVIDORES
PÚBLICOS NA
CONSTITUIÇÃO
DE 1988**

2ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2011 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2011; 2. ed. 2014

Capa: Leandro Guerra
Composição: Luciano Assis



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella

Servidores públicos na Constituição de 1988 /
Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Fabrício Motta, Luciano de Araújo Ferraz
– 2. ed. – São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8872-8

1. Administração pública – Brasil 2. Brasil – Constituição (1988)
3. Brasil – Servidores públicos 4. Direito administrativo
5. Direito constitucional I. Motta, Fabrício.
II. Ferraz, Luciano de Araújo. III. Título.

11-05034

CDU-35.08:342 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Serviços públicos : princípios constitucionais :
Direito administrativo 35.08:342 (81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Nota introdutória ix

- 1 Servidores públicos** (*Maria Sylvia Zanella Di Pietro*) 1
 - 1.1 Terminologia 1
 - 1.2 Agentes públicos 2
 - 1.2.1 Agentes políticos 3
 - 1.2.2 Servidores públicos 5
 - 1.2.3 Militares 9
 - 1.2.4 Particulares em colaboração com o Poder Público 10
- 2 Cargos, empregos e funções públicas** (*Fabrcio Motta*) 11
 - 2.1 Funções de confiança e cargos em comissão: semelhanças e diferenças 15
 - 2.1.1 Chefia, direção ou assessoramento 17
 - 2.1.2 Distinção entre cargos em comissão e funções de confiança 18
- 3 Concurso público** (*Fabrcio Motta*) 23
 - 3.1 A ampla acessibilidade 23
 - 3.2 Concurso público, democracia e processo administrativo 25
 - 3.2.1 Princípio da isonomia 28
 - 3.2.2 Contraditório e ampla defesa 30
 - 3.2.3 Moralidade 32
 - 3.2.4 Motivação 34

- 3.2.5 Legalidade 36
- 3.2.6 Vinculação ao Edital 39
- 3.2.7 Razoabilidade e proporcionalidade 41
- 3.2.8 Publicidade 44
- 3.3 Concurso público de provas ou de provas e títulos 46
- 3.4 Fixação do prazo de validade do certame 46
- 3.5 Prorrogação do prazo de validade e discricionariedade 47
- 3.6 O dever de nomeação e o direito dos candidatos aprovados 50
- 3.7 Planejamento do concurso público: requisito para a máxima efetividade do direito fundamental 55
- 3.8 Cadastro de reserva e respeito ao direito à nomeação 57
- 3.9 A proteção constitucional às pessoas portadoras de deficiência 61
 - 3.9.1 A reserva de vagas nos concursos públicos como ação afirmativa 62
 - 3.9.2 Caracterização da deficiência e definição de “portador de deficiência” 63
 - 3.9.3 Compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo 64
 - 3.9.4 O direito subjetivo à reserva e o cálculo do número de vagas 64
- 4 Provimento dos cargos públicos na Constituição e na legislação (Maria Sylvia Zanella Di Pietro) 71**
 - 4.1 Provimento originário e provimento derivado 71
 - 4.2 Provimento efetivo, vitalício e em comissão 75
 - 4.3 Provimento derivado e reestruturação de cargos e carreiras 76
- 5 Contratação temporária por excepcional interesse público (Fabrício Motta) 81**
 - 5.1 Lei autorizadora 81
 - 5.2 Temporariedade 82
 - 5.3 Excepcionalidade do interesse público 84
 - 5.4 Regime jurídico 85
- 6 Acumulação de cargos, empregos, funções e proventos (Fabrício Motta e Luciano Ferraz) 89**
 - 6.1 Natureza do cargo 91
 - 6.2 Compatibilidade de horários 96
 - 6.3 Acumulação e remuneração 98
- 7 Regime remuneratório dos servidores públicos – fixação e revisão da remuneração (Luciano Ferraz) 105**
 - 7.1 Fixação e alteração de remuneração e subsídio 106
 - 7.2 Revisão geral anual 109

- 8 Isonomia remuneratória (Luciano Ferraz) 111**
 - 8.1 Necessidade de verificação das atribuições dos cargos 112
- 9 Vinculação ou equiparação de vencimentos (Luciano Ferraz) 115**
 - 9.1 Vinculações e equiparações na visão da jurisprudência 117
- 10 Acréscimos pecuniários (Luciano Ferraz) 119**
- 11 Teto remuneratório (Luciano Ferraz) 123**
 - 11.1 Teto na redação originária da Constituição de 1988 123
 - 11.2 Teto na Emenda Constitucional nº 19/1998 125
 - 11.3 Teto na Emenda Constitucional nº 41/2003 126
 - 11.4 Teto e empresas estatais 128
 - 11.5 Teto remuneratório e a exclusão de indenizações 129
 - 11.6 Teto remuneratório e procuradores municipais 131
 - 11.7 Teto remuneratório no caso de acumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas, proventos e pensões 133
 - 11.8 Teto remuneratório incidente nas cessões de servidores públicos de um ente para o outro 134
- 12 Irredutibilidade de vencimentos (Luciano Ferraz) 137**
 - 12.1 Conceito jurídico de irredutibilidade 138
 - 12.2 Irredutibilidade e direito adquirido 139
- 13 Estabilidade do servidor público (Maria Sylvia Zanella Di Pietro) 141**
 - 13.1 Escorço histórico: a evolução da estabilidade do servidor público no direito brasileiro 142
 - 13.2 A estabilidade na Constituição de 1988 144
 - 13.2.1 As alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 19/1998 144
 - 13.3 Conceito de estabilidade 145
 - 13.4 Razão de ser do instituto 147
 - 13.5 Requisitos para aquisição da estabilidade 148
 - 13.5.1 Nomeação mediante concurso público 148
 - 13.5.2 Nomeação para cargo de provimento efetivo 149
 - 13.5.3 Três anos de efetivo exercício 151
 - 13.5.4 Avaliação especial de desempenho 155
 - 13.6 Hipóteses de perda do cargo 156
 - 13.6.1 Sentença judicial transitada em julgado 156
 - 13.6.2 Processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa 156

13.6.3	Procedimento de avaliação periódica de desempenho	157
13.6.4	Excesso de despesa com pessoal	157
13.7	A garantia da estabilidade para os servidores efetivos que exerçam atividades exclusivas de Estado	158
13.7.1	A atividade exclusiva de Estado como limite à atuação do particular	160
13.7.2	Definição de atividades exclusivas de Estado	161
13.8	Reintegração	164
13.8.1	Direito do servidor estável	164
13.8.2	Direitos do eventual ocupante do cargo	165
13.9	Disponibilidade	166
13.10	Estabilidade excepcional	167
13.10.1	Constituições anteriores	168
13.10.2	Destinatários da norma	168
13.10.3	Estabilidade e não efetividade	170
13.10.4	Concurso para efetivação	171
13.10.5	Requisito de tempo de serviço	172
13.10.6	Servidores não beneficiados pela estabilidade excepcional	173
13.10.7	O artigo 18 do ADCT	175
14	Aposentadoria dos servidores públicos efetivos (<i>Maria Sylvia Zanella Di Pietro</i>)	177
14.1	Regime previdenciário	177
14.2	Princípios da reforma previdenciária	178
14.3	Regimes previdenciários diferenciados	181
14.4	Modalidades de aposentadoria	187
14.4.1	Servidor que ingressou após a Emenda Constitucional nº 41/2003	191
14.4.2	Servidor que ingressou antes da Emenda Constitucional nº 20/1998	193
14.4.3	Servidor que ingressou no serviço público antes da Emenda Constitucional nº 41/2003	195
14.5	Valor dos proventos de aposentadoria e pensões	197
14.6	Disposições transitórias	199
14.7	Previdência complementar	203
14.8	Contagem de tempo para aposentadoria	205
	Referências bibliográficas	207